

PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/058

Aos Administradores do
PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.




Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1


Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1

PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos	3	47.446	53.750	Obrigações trabalhistas		17	104
Despesas Antecipadas		62	263	Provisões de férias e encargos	5	12.546	15.153
Total do ativo circulante		47.508	54.013	Cheques a compensar		10.369	3.987
				DFC's a repassar	6	22.319	33.253
				Total do passivo circulante		45.251	52.497
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PERMANENTE				Patrimônio social	7	138.535	138.535
Imobilizado	4	32.704	40.925	Déficit do exercício		(7.481)	(8.303)
				Déficit acumulados		(96.093)	(87.791)
				Total do patrimônio líquido		34.961	42.441
Total do ativo não circulante		32.704	40.925				
TOTAL DO ATIVO		80.212	94.938	TOTAL DO PASSIVO		80.212	94.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA****Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017
(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)**

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações e subvenções da prefeitura	8	339.538	453.008
Doações de associados e da comunidade	9	500	4.000
Receita de Materiais/Serviços		103.412	22.829
Trabalho Voluntário	12	3.909	5.796
Receita com isenção INSS		44.642	56.106
Convênio C & A		72.618	72.436
Fundação Itaú Social		730.000	-
Projeto Casinha & Cultura		16.351	-
Receitas Diversas	13	34.317	-
Receitas de Aplicações Financeiras		3.715	2.388
Recuperação de despesas		1.744	550
		1.350.746	617.113
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e encargos		(150.883)	(186.226)
Tributos e Taxas		(25.431)	(27.118)
Materiais diversos		(39.366)	(54.170)
Serviços de terceiros		(173.220)	(168.726)
Despesas bancárias		(3.880)	(2.944)
Despesas com juros e multas		(4)	-
Despesas de depreciação		(8.879)	(9.860)
Isenção INSS		(44.642)	(56.106)
Repasse Convênio C & A		(710.000)	(72.436)
Trabalho Voluntário	12	(3.909)	(5.796)
Despesas de Doações		(103.670)	(22.829)
Despesas gerais		(91.530)	(19.205)
Resultado na baixa do imobilizado		(2.813)	-
		(1.358.227)	(625.416)
Déficit do exercício		(7.481)	(8.303)

QUADRO 3**PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA****Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017
(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)**

Descrição	Patrimônio social	Déficit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	138.535	(87.790)	50.745
Déficit do exercício	-	(8.303)	(8.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	138.535	(96.093)	42.442
Déficit do exercício	-	(7.481)	(7.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	138.535	(103.574)	34.961

QUADRO 4
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(7.481)	(8.303)
Ajustes		
Depreciação	8.879	9.860
Resultado na baixa do imobilizado	2.813	-
	<u>4.211</u>	<u>1.557</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Despesas antecipadas	202	316
	<u>202</u>	<u>316</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas	(87)	(270)
Provisões de férias e encargos	(2.607)	430
Cheques a compensar	6.382	(6.394)
DFC's a repassar	(10.934)	33.253
	<u>(7.246)</u>	<u>27.019</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(2.833)</u>	<u>28.892</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(3.471)	(3.231)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(3.471)</u>	<u>(3.231,00)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.304)</u>	<u>25.661</u>
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.750	28.089
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	47.446	53.750
	<u>(6.304)</u>	<u>25.661</u>

PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Projeto Comunitário Sorriso da Criança é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que atua na área de assistência social na modalidade de proteção social básica. É regido por estatuto social e legislação aplicável. Com sede e Foro à Rua Planalto, 167 – Presidente Kennedy – Fortaleza – CE atua na área de assistência social às famílias, abrangendo toda a comunidade para inscrição e participação dos programas desenvolvidos por esta Entidade.

Mantido pelo sistema de apadrinhamento do Fundo Cristão para Crianças e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas. É administrada por uma Assembleia Deliberativa e por um Conselho Fiscal, com mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade que dedicam parte de seu tempo de trabalho nessa atividade.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela administração da Entidade em 28/01/2019.

2.2 Políticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBCITG 2002 mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

e. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa Geral	726	1.032
Caixa Econômica 1898-7	21.846	-
Caixa Econômica Federal 3806-6	1.415	-
CEF 1898-7(Aplicação)	10.355	42.316
CEF 38066 (Aplicação)	10.427	10.402
CEF 4925539	2.677	-
	<u>47.446</u>	<u>53.750</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com remuneração atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2018	2017
Edificações	4%	9	9
Máquinas e equipamentos	10%	19.641	25.930
Móveis e utensílios	10%	16.035	16.609
Computadores e periféricos	20%	35.458	34.138
Total do custo		71.143	76.686
Depreciação acumulada		(38.439)	(35.761)
		32.704	40.925

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.17	Baixas	Adições	Transf./Aj ustes	Saldo em 31.12.2018
Bens						
Computadores e periféricos	20%	34.138	(1.951)	3.271	-	35.458
Máquinas e equipamentos	10%	25.930	(6.489)	200	-	19.641
Móveis e utensílios	10%	16.609	(574)	-	-	16.035
Edificações	4%	9	-	-	-	9
Total Bens		76.686	(9.014)	3.471	-	71.143
Depreciação						
Computadores e periféricos		(19.810)	1.519	(5.854)	-	(24.145)
Máquinas e equipamentos		(8.291)	4.344	(2.024)	-	(5.971)
Móveis e utensílios		(7.651)	338	(1.001)	-	(8.314)
Edificações		(9)	-	-	-	(9)
Total Depreciação		(35.761)	6.201	(8.879)	-	(38.439)
Total da conta		40.925	(2.813)	(5.408)	-	32.704

5. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para férias	11.510	13.902
FGTS sobre férias	921	1.112
PIS sobre férias	115	139
	<u>12.546</u>	<u>15.153</u>

6. DFCS (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do Fundo Cristão para Crianças valores de DFCS, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados no passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	33.253	-
DFCS recebidos destinados às Crianças	114.744	153.927
DFCS repassados às Crianças	<u>(125.678)</u>	<u>(120.674)</u>
	<u>22.319</u>	<u>33.253</u>

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 134.153 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 138.535 em 31 de dezembro de 2017) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo reduzido em função do déficit apurado. O valor do Déficit neste exercício foi de R\$ 7.481 e R\$ 8.303 em 2017.

8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ChildFund Brasil - Fundo para Crianças	339.538	453.008
Convênio C&A	72.618	72.436
Recurso Fundo Itaú Social	730.000	-
Doações de Materiais	103.412	22.829
Outras Receitas	105.178	68.840
	<u>1.350.746</u>	<u>617.113</u>

9. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregada mente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto no. 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, a Entidade, no ano de 2018, concedeu gratuidades no montante de R\$ 1.304.706 (R\$ 559.450 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas operacionais	1.358.227	625.416
Contribuições sociais - INSS quota isenta	(44.642)	(56.106)
Despesas com depreciação	(8.879)	(9.860)
	<u>1.304.706</u>	<u>559.450</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e ou metodologias de estimativa poderão ter um efeito diferente dos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor justo.

11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade mantinha cobertura de seguros para o seu imobilizado. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão quanto à suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

12. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento a resolução aplicável as entidades sem finalidades de lucros o PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA, Identificou e mensurou a valor de mercado os trabalhos voluntários do Conselho Administrativo durante os exercícios de 2018 e de 2017.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quantidade de horas	169,00	249,00
Valor h/h	<u>23,13</u>	<u>23,28</u>
Valor total - R\$	<u>3.909</u>	<u>5.796</u>

* * * * *